



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei nº. 073, de 10 de outubro de 2007.

**Senhora Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores,**

A presente proposta nasceu em atenção ao requerido pela Nobre Vereadora, a Senhora Almira Ribas Garms, que solicitou recentemente informações sobre a existência de trabalhos deste Executivo no sentido de se alterar a legislação municipal, a fim de estabelecer a possibilidade de recondução dos Conselheiros Tutelares em mais um mandato. Os atuais conselheiros assumiram em 2005, finalizando o mandato no início de 2008.

Diante disso e das justificativas apresentadas pela Nobre Vereadora vislumbramos a pertinência do assunto, e então, determinamos ao setor competente desta municipalidade os estudos necessários. Realizados os estudos, verificou-se que o artigo 132, da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, com nova redação dada pela Lei Federal nº. 8.242, de 12 de outubro de 2001, prevê o mandato de três anos aos conselheiros tutelares e permite uma recondução. A lei em questão não cria nenhum condicionante à recondução.

No Município, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar foram criados pela Lei nº. 1.716, de 8 de outubro de 1992. A Lei nº. 1.966, de 9 de maio de 1997, deu nova redação geral àquela lei. A Lei nº. 2.014, de 13 de março de 1998, por sua vez alterou a redação do artigo 39 estabelecendo o mandato de três anos aos conselheiros tutelares. No entanto, não foi prevista a recondução, conforme consta da lei federal supracitada.

Assim, convencidos do excelente trabalho desenvolvido pelos atuais Conselheiros Tutelares e diante dessa discrepância entre a norma local e a federal, encaminhamos o presente Projeto de Lei, que “Dispõe sobre a alteração do art. 39 da Lei nº. 1.966, de 9 de maio de 1997, e da revogação das Leis nº. 2.014, de 13 de março de 1998, e nº. 1.716, de 8 de outubro de 1992”, incluindo a possibilidade de recondução.

Dada à relevância da matéria, solicitamos a deliberação e a aprovação da presente proposta com prioridade, submetendo a mesma ao regime de urgência para a sua tramitação, nos termos dos artigos 189, II; 193 e 202, do Regimento Interno dessa Câmara Municipal.

Atenciosamente.

CARLOS ARRUDA GARMS
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº. 073, DE 10 DE OUTUBRO DE 2007.

“Dispõe sobre a alteração do art. 39 da Lei nº. 1.966, de 9 de maio de 1997, e da revogação das Leis nº. 2.014, de 13 de março de 1998, e nº. 1.716, de 8 de outubro de 1992”.

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

APROVA:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº. 1.966, de 9 de maio de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 39.

Parágrafo único. Os cargos de Conselheiro Tutelar serão providos a cada três anos, no mês de Fevereiro, permitida uma recondução.” (NR)

Art. 2º Ficam revogadas as Leis nº. 2.014, de 13 de março de 1998, e nº. 1.716, de 8 de outubro de 1992.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 10 de outubro de 2007.

CARLOS ARRUDA GARMS
Prefeito Municipal